

Corrente Sindical do Partido Operário Revolucionário

Membro do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Mais informações e contato: (C) (11) 95446-2020

pormassas.org | @massas.por | anchor.fm/por-massas



Nº 09/2024 | APEOESP | 15 de março

A burguesia e os governantes não têm como solucionar os problemas que golpeiam a educação pública

Confiar em nossas próprias forças, esse é o caminho

A desagregação do modo de produção capitalista arrasta, inevitavelmente, a educação para o fundo do poço. É o que estamos assistindo em vários países, que incluem as potências, como a França, Estados Unidos entre outras. No Brasil, a situação chegou ao ponto de calamidade, quando se comprova que 9 milhões de jovens entre 15 a 19 anos não conseguiram terminar a educação básica; quando 43% das crianças não concluíram o ensino fundamental e 35% não têm o ensino médio completo.

Diante dessa catástrofe, os governantes implementaram inúmeras "reformas", como foi o caso do recente Novo Ensino Médio, imposto por Temer. O governo Lula criou o programa "Pé de Meia", que supostamente combate a evasão escolar no ensino médio. Para o governador Tarcísio, a solução está na expansão das escolas cívico-militares, programa de Bolsonaro, e no avanço da privatização, reduzindo recursos para educação, fechando salas e turnos nas escolas, mantendo a farsa do Novo Ensino Médio, o PEI e ampliando o uso das plataformas digitais. São medidas que já nascem mortas, porque estão a serviço das diretrizes capitalistas, ou sob a máscara da defesa dos professores e da juventude, como do "Pé de Meia".

Não bastando tamanha tragédia, Tarcísio impôs o concurso fraudulento e manteve a atribuição de aulas on-line (que por si só já é uma fraude), para evitar os protestos dos professores. O que resultou em milhares de professores desempregados ou subempregados.

O problema, no entanto, não está nas ações da burguesia e dos governantes. Está na incapacidade das direções sindicais de organizar a luta. Em nível nacional, referimos à CNTE, que nunca se colocou à altura de preparar uma resposta coletiva dos trabalhadores da educação. Agora, com o PT no governo, se tornou um apêndice do MEC, que está sob o comando do Ministro petista Camilo Santana. Em nível estadual, há muito a direção da Apeoesp vem aplicando a política parlamentar, ao invés da luta direta. Está a servico de garantir a governabilidade de Lula, evitando que as mobilizações no estado acabem respingando em nível federal. E o resultado está aí: os governos conseguiram impor a enorme divisão dos professores, com 57% na condição de contratados e milhares desempregados.

Ganhar a confiança dos professores nos métodos próprios de luta passou a ser a principal tarefa. O que significa rejeitar a política das direções sindicais, que é de colaboração de classes, defender a independência política e ganhar o professorado e os estudantes para a luta unitária, para derrotar as contrarreformas educacionais da burguesia e de seus governantes.



O CAMINHO É A GREVE

Os professores municipais de SP apontaram o caminho da greve para enfrentar os governos. Os professores estaduais, que enfrentam o desemprego, subemprego, a eliminação de conquistas e um brutal arrocho salarial não podem ficar à margem do que ocorre com um setor que está em luta. Um massivo movimento grevista de municipais e estaduais permitirá enfrentar Nunes e Tarcísio. As gre-

ves isoladas têm menos poder de pressão sobre os governantes. A unidade potencializa o poder dos trabalhadores da educação para derrotar a política de desmonte da educação pública dos governos.

A assembleia dos professores estaduais tem de estar sob essa perspectiva de erguer uma poderosa greve unitária. O que significa rejeitar as ações individuais e se posicionar contra o concurso fraudulento e as atribuições de aula, o corte de recursos da educação por Tarcísio, o uso das miseráveis plataformas digitais, a criação da escola da ultradireita (escolas cívico-militares) e o arrocho salarial. A assembleia deve aprovar os métodos próprios dos trabalhadores, que são as manifestações massivas de rua e a greve.

Aprovar o eixo da luta

As reivindicações são inúmeras, porque, como dissemos, a educação e as condições do professorado estão no fundo do poço. No entanto, há muita desconfiança do professorado com a direção da Apeoesp. É preciso, também, levar em conta que são 57% dos professores na condição de contratados e boa parte não tem nenhum vínculo com o sindicato. Tarcísio joga com essa divisão. Ao contrário, ganhar a coesão do professorado é um passo fundamental para aprovar a greve.

Nesse sentido, há reivindicações que, nesse momento, impulsionam a unidade entre efetivos e contratados, desempregados e subempregados. Entre elas, destacamos quatro fundamentais:

- 1) o emprego a todos, que só pode vir com a redução do nº de alunos por sala (no máximo 25) e abertura de todas as salas/turnos/escolas fechadas;
- 2) a efetivação dos professores contratados, ou seja, dos 57% da categoria. Trata-se da estabilidade a esses professores, portanto, contra a farsa dos concursos, que só servem para demitir os professores que já estão trabalhando;
- 3) a reposição das perdas salariais. É preciso aprovar o índice de reajuste a ser exigido de Tarcísio. Até o momento, o governador tem negado reajustar os salários dos trabalhadores da educação;
- 4) a luta contra todas os programas dos governos que permitem a privatização da educação pública, entre eles o Novo Ensino Médio, as terceirizações e as plataformas digitais.

Greve dos municipais de SP entra na segunda semana Unidade entre a educação municipal e estadual!

No dia 13 de março, os trabalhadores da educação do município de São Paulo mantiveram, acertadamente, a greve. O motivo é que o governo Nunes continua com a proposta requentada de 2,16% de reajuste salarial e não atendeu nenhuma reivindicação da pauta de negociação. Deixou claro que sua intenção é barganhar o aumento salarial pela forma de subsídio. A rejeição a essa proposta foi unânime. Nova assembleia foi marcada para o dia 19 de março, 12h, em frente à Prefeitura de São Paulo.

A Corrente Proletária atuou na assembleia exigindo que os sindicatos que representam a Coeduc (SINPEEM, SINESP e SEDIN) unifiquem o movimento com os setores do funcionalismo público municipal, que decretou greve a partir do dia 12 de março, e com os estaduais, pois a luta é uma só: a defesa dos salários, dos empregos, dos direitos e das condições de trabalho.

Escute o Massas,

podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas (Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify) No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.

